

COMUNICADO CONJUNTO ADUNESP/SINTUNESP – 22/5/2014

Não haverá reajuste salarial em nossa data-base!?

Na reunião de negociação entre o Fórum das Seis e o Cruesp, em 21/5/2014, os reitores reiteraram a sua firme disposição de nos impor o arrocho salarial – sequer repuseram a inflação – o que significa diminuir o poder aquisitivo do salário dos servidores técnico-administrativos e docentes das universidades estaduais paulistas. Claramente, optaram por blindar a gestão irresponsável dos seus antecessores e as suas próprias omissões, no que diz respeito à busca de aporte de recursos para as universidades, **com o nosso salário**.

Com um conjunto desconexo e contraditório de declarações, não conseguiram explicar porque ainda não fizeram gestões junto ao governo estadual a propósito do não repasse de cerca de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais!) às universidades estaduais paulistas nos últimos seis anos (2008 a 2013), conforme denúncia do Fórum das Seis. Não justificaram suas omissões, pois não fizeram absolutamente NADA para cobrar que os compromissos assumidos pelo governo à época dos processos de expansão fossem cumpridos; no caso da USP e da Unicamp, esse compromisso foi objeto de um documento assinado por um secretário de estado.

Por outro lado, acusaram o Fórum das Seis de colocar em risco as universidades estaduais paulistas por reivindicar reajustes salariais dignos, mas não apontaram um mínimo de argumentos sólidos que demonstrassem a sua tese catastrófica. Reafirmaram a concepção explicitada em outras ocasiões de que as “atividades fim” das universidades são suas prioridades absolutas e devem ser mantidas mesmo com o sacrifício dos salários dos servidores docentes e técnico-administrativos, desconsiderando o fato de que elas só se materializam por meio do trabalho desses servidores.

Quando questionada sobre os fortes indícios de um severo aumento no adoecimento dos servidores docentes e técnico-administrativos, submetidos a uma lógica produtivista e extenuante de trabalho, a reitora da Unesp limitou-se a informar que os dados sobre o absenteísmo na Universidade estão abaixo dos níveis internacionalmente recomendados, atingindo aproximadamente 2,0%. Ora, a reitora não deve desconhecer que, diante do clima de pressão por produtividade, muitos acabam por tirar licença prêmio ou férias para a realização de tratamentos de saúde. Some-se a isso o fato de que os celetistas, depois de algum tempo de licença médica, passam a ser remunerados pelo INSS, em muitos casos com vencimentos expressivamente menores.

Dificuldades de interpretação (!?)

Em seu “Informativo Unesp maio/2014-Número 1”, a reitoria tenta desqualificar a denúncia do Fórum das Seis sobre o não repasse de recursos oriundos da arrecadação do ICMS para as universidades públicas paulistas, distorcendo grosseiramente o sentido da proposta de inclusão na redação do artigo 4º da LDO de 2015 da expressão “do produto da arrecadação do ICMS”, para que não fique no texto da lei simplesmente “da arrecadação” deste tributo. Não é verdade que o Fórum das Seis “assume” que a redação atual “impossibilita”, de alguma maneira, o repasse integral do que cabe às universidades. A proposta de alteração da redação foi feita com a finalidade de evitar que, por ignorância ou má fé – descartada a hipótese de analfabetismo funcional – ocorra uma interpretação “equivocada” do conteúdo que o texto original da LDO já explicita claramente. O que a reitoria da Unesp e os dois outros reitores não assumem é que poderiam – e podem – reivindicar ao governo que cumpra a lei e deixe de prejudicar as universidades.

A dança(!?) dos números

Na página 3 do “Informativo Unesp maio/2014-Número 1”, que pretende “explicar” a situação orçamentária das universidades públicas paulistas para a comunidade unespiana e, assim, justificar o arrocho salarial materializado pela ausência de reajuste, há um erro “numérico” muito

grave e revelador. É apresentada uma tabela com o título “INDICADORES E VARIAÇÕES DE PREÇOS E SALÁRIOS-UNESP 2007/2013”, reproduzida a seguir.

1)	VARIAÇÃO ACUMULADA DO IPC-FIPE.....	40,5%
2)	VARIAÇÃO ACUMULADA DO REAJUSTE.....	53,1%
3)	VARIAÇÃO ACUMULADA DA MASSA SALARIAL.....	89,2%
4)	VARIAÇÃO REAL DO ICMS(DEFLATOR IPCA).....	46,3%
5)	VARIAÇÃO DO PIB.....	28,8%

Comparando os itens (2) e (4), somos levados a concluir que a variação acumulada do reajuste salarial durante esse período (53,1%) foi substancialmente maior (53,1% – 46,3% = 6,8%) do que teria sido a variação real do ICMS (46,3%). No entanto, conforme admitiu a assessoria financeira da reitoria da Unesp no dia 21/5/2014, o valores desses itens foram calculados com diferentes “sistemáticas”: o item (4) com deflator e todos os outros sem deflator. Isto significa que os dados tabulados referentes às variações acumuladas do IPC-FIPE, do REAJUSTE, da MASSA SALARIAL e da VARIAÇÃO DO PIB correspondem às variações nominais desses parâmetros sem que tenha sido descontada a inflação no período, enquanto que no dado correspondente à VARIAÇÃO REAL DO ICMS, está descontada a inflação correspondente, conforme citado no texto. Seria mais ou menos como comparar o nosso salário de 2007 com o de 2013 sem considerar a inflação. Obviamente, o salário atual é, nominalmente, mais elevado do que o de 2013, o que não significa necessariamente que o nosso poder aquisitivo tenha aumentado. Ele pode ter até diminuído consideravelmente, dependendo da inflação nesses cinco anos.

Se o quadro do Informativo da Unesp apresentasse no item (4) a variação real do ICMS, sem o desconto da inflação – do mesmo modo como estão colocados os outros dados da tabela – ela ficaria assim:

1)	VARIAÇÃO ACUMULADA DO IPC-FIPE.....	40,5%
2)	VARIAÇÃO ACUMULADA DO REAJUSTE.....	53,1%
3)	VARIAÇÃO ACUMULADA DA MASSA SALARIAL.....	89,2%
4)	VARIAÇÃO REAL DO ICMS(DEFLATOR IPCA)	86,24%
5)	VARIAÇÃO DO PIB.....	28,8%

Construído de forma correta, o quadro nos revela algo diferente daquilo que poderia sustentar o cenário catastrófico que as reitorias têm tentado construir para justificar o nosso rebaixamento salarial.

Comparando, então, os dados tomados adequadamente, podemos concluir que a VARIAÇÃO ACUMULADA DO REAJUSTE (53,1%) é consideravelmente MENOR (86,24% – 53,1% = 33,14%) do que a VARIAÇÃO DO ICMS (86,24%). Portanto, durante o período em questão a reitoria da Unesp teve um aumento real dos recursos disponíveis para aplicação em outros quesitos que não salários em cerca de 33,14%. Obviamente, essa constatação enfraquece consideravelmente os argumentos utilizados pela nossa reitoria para justificar aquilo que se torna cada vez mais injustificável: a alegação de que a concessão de um reajuste digno para os servidores técnico-administrativos e docentes poderia tornar a Unesp inadimplente!

Há, ainda, outro argumento frequentemente utilizado pela nossa reitoria, que é comum aos outros reitores: a afirmação de que estaríamos descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ao ultrapassarmos a barreira dos 85% de comprometimento do orçamento das universidades com a folha de pagamento (ou com a rubrica do orçamento designada como Pessoal e Reflexos). Há, inclusive, insinuações de que isto já teria acontecido e de que o Tribunal de Contas estaria, de alguma forma, “cobrando” que as universidades públicas paulistas se adequem aos limites dessa lei. No entanto, conforme a tabela abaixo, construída com dados obtidos dos anuários estatísticos da Unesp, disponíveis no site da reitoria, do ano de 2000 ao ano de 2013, o item Pessoal e Reflexos não ultrapassou 83%, sendo que, em 2013, foi de 79%. E a média de comprometimento nos últimos 14 anos foi menor do que 78,2%!

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Pessoal e Reflexos	80%	78%	80%	77%	78%	79%	83%	81%	74%	74%	78%	76,4%	77%	79%

Fonte: https://ape.unesp.br/anuario/pdf/Anuario_2013_.pdf

Por outro lado, conforme manifestação da assessoria jurídica da Adunesp, como não se atingiu o limite dos 85% de comprometimento, não pode ser caracterizado como violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente porque amparado no princípio da legalidade que é próprio da Administração Pública e, via de consequência, das autarquias, como a Unesp.

Em resumo...

Quanto mais informações obtemos acerca da situação financeira da Unesp e das outras universidades estaduais paulistas, fica mais difícil entender a posição dos reitores. Ao que tudo indica, a intransigência deles é, em grande parte, determinada pelas relações que estabelecem com o governo estadual. Embora tenham sido, bem ou mal, eleitos pelas respectivas comunidades acadêmicas, é prerrogativa do governador do estado de São Paulo nomeá-los e este fato, ao que tudo indica, introduz uma distorção insanável no desempenho das suas funções.

Esse ritual parece induzir à prática de atitudes solidárias com os interesses governamentais, nem sempre convergentes com os objetivos da universidade pública. A timidez, para dizer o mínimo, com que os reitores se comportam quando se deparam com a possibilidade de solicitar que o governador cumpra os compromissos assumidos com as universidades que dirigem, é absolutamente desoladora. É igualmente desoladora a presteza com que atendem às demandas governamentais de criação de novos cursos e de novos *campi* universitários, sem a devida contrapartida dos necessários recursos perenes para sua viabilização em longo prazo, com os padrões de qualidade das nossas universidades.

Os efeitos não colaterais desta aliança manifestam-se também quando adotam a política de criminalização dos movimentos reivindicatórios, respondendo a eles com a truculência que parte do nosso ordenamento legal, ainda tributário da ditadura, permite. A sua solidariedade para com os interesses governamentais, em detrimento do compromisso com a missão da universidade pública, os caracteriza como representantes do governador dentro das universidades.

Não vamos permitir que as universidades públicas paulistas sejam sucateadas pela irresponsabilidade e/ou pela omissão dos gestores anteriores ou atuais. Vamos à luta em defesa da universidade pública, laica, de qualidade e socialmente referenciada, patrimônio povo do estado de São Paulo.

Coerente com o indicativo do Fórum das Seis e com a nossa responsabilidade perante a população que sustenta as universidades estaduais paulistas, a nossa resposta à intransigência do Cruesp é: **a ampliação da greve onde ela já foi iniciada; a deflagração da greve onde ainda não se iniciou e a construção de outras ações que levem os reitores a avançar nas negociações salariais com o Fórum das Seis.**

27/5 tem audiência pública na Alesp

Por iniciativa do Fórum das Seis, teremos uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, às 14h, no auditório Franco Montoro. O tema da audiência é “A crise financeira das três universidades estaduais paulistas”. Os reitores estão convidados.

Participe das caravanas que estão sendo montadas nos *campi*.

NÃO É SÓ POR REAJUSTE! É POR DIGNIDADE NO TRABALHO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, POR PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E DEMOCRACIA!